

DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGRÍCOLA E SUAS DEPENDÊNCIAS

Otto Vergara Filho*

SINOPSE

A busca de soluções efetivas para os entraves que impedem o desenvolvimento do setor primário tem desafiado os últimos governos da República, que, sem lograrem o perseguido sucesso, vêm atribuindo ao mesmo caráter de prioridade (ver evolução comparativa com os demais setores da economia).

Uma das razões da falta de eficácia, nas decisões adotadas pelos governos, reside na visão compartimentada, ou mesmo hermética, que tais governantes vêm adotando em relação à agropecuária. Em poucas palavras, isto significa que as soluções têm sido encaminhadas de maneira isolada, o que, certamente, dificulta a possibilidade de se obter o desejado crescimento auto-sustentado do setor.

A simples omissão em relação a um dos fatores condicionantes do desenvolvimento prejudicará o êxito dos esforços despendidos no aprimoramento dos demais.

É objetivo do presente trabalho revelar os principais condicionantes para o desenvolvimento do setor, colocando em evidência sua complexidade, bem como o papel desempenhado pelas atividades de apoio à agropecuária.

Em seguida, são indicadas estratégias que permitam as mudanças nas tendências observadas, dentro do enfoque sistêmico sugerido, como a preocupação com todos os fatores que afetam o desenvolvimento do setor.

Finalmente, são delineadas diretrizes prioritárias para que os objetivos de modernização do setor sejam alcançados dentro de uma política agrícola consistente com a realidade sócio-econômica do país.

SUMMARY

The search of effective solutions to the bottlenecks created by the development of primary sector has challenged the federal government for years with no success, even though the same sector has been emphasized with priority (see comparative evolution with other sectors).

One of the reasons, of inefficacy of government decisions, could be attributed to the hermetic view, that the policy markers have adopted in relation to agriculture. In a few words, this means that solutions have been taken isolatedly undermining the purpose of obtaining the self-sustaining growth of the sector.

A simple omission of one of the factors that affects the development could damage the success of the resources allocated with the others factors benefited.

The objective of the present work is to show the main bottlenecks to the sector development, putting in evidence its complexity, in addition to demonstrate the role played by the activities that support the sector under discussion.

In sequence, strategies are indicated to change the observed tendencies of past years, within a systemic view, such as, preoccupation with the factor, in general that have repercussions in the sector development.

Finally, priority goals are formulated in order to help the sector modernization, within an approach consistent with an agricultural policy that should be coherent with country social and economic realities.

* Assessor da ENGEVIX e Professor Associado do DEI/PUC-RJ.

DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGRÍCOLA E SUAS DEPENDÊNCIAS

Otto Vergara Filho

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais torna-se evidente a necessidade de abordar os problemas do desenvolvimento dentro de um enfoque sistêmico, ou seja, aquele em que as partes são observadas segundo suas interdependências, e jamais isoladamente.

Somente a título de exercício teórico ou acadêmico é que a visualização parcial de um determinado fenômeno pode ser recomendada, e é somente neste caso que a abstração dos fatos relevantes que compõem o fenômeno deve ter lugar, o que não deixa de ter a maior validade, dentro de seus condicionantes, é claro.

Ao contrário, quando a preocupação está voltada para uma maior pragmaticidade dos conceitos manipulados, a visão sistêmica do que se deseja examinar é por demais pertinente, e o setor agrícola, muito pelo contrário, não pode ser incluído entre aqueles que poderiam ser considerados como exceção à regra.

É bem provável que a não adoção desta abordagem, da parte daqueles que têm estado à frente das políticas do setor, tenha concorrido para o não desenvolvimento do setor, como seria desejável que o oposto viesse a ocorrer.

Presentemente, há um compromisso tácito do atual governo em modificar tal panorama, dando ao setor a prioridade que lhe é requerida, sobretudo nas circunstâncias de escassez de certos alimentos de primeira necessidade, que, infelizmente, passamos a importar.

Tal compromisso também tinha sido apregoado pelos governos anteriores, com a melhor das intenções, contudo, em todos os casos mencionados foi deixado à margem quando da adoção prática das diversas políticas de desenvolvimento, por motivos que, muitas vezes, fogem ao próprio controle dos tomadores de decisão.

As causas dessa situação são por demais complexas, e que, apesar de merecerem maior atenção, serão no atual contexto contornadas, preocupando-se agora em focalizar os aspectos relativos à necessidade de se observarem devidamente as prioridades para o setor no atual governo, sem as quais a presente situação problemática de desenvolvimento tenderá a agravar-se ainda mais.

Em seqüência ao raciocínio exposto, serão observados aqueles aspectos correlacionados com o êxito de uma política a ser adotada para o setor, com

algumas considerações acerca dos respectivos problemas e das linhas gerais de solução.

Concluindo o trabalho são apontadas as diretrizes prioritárias para que os objetivos explicitados anteriormente possam ser alcançados dentro de uma política consistente com a realidade em que se insere o desenvolvimento do país.

Em seguida, são abordados os aspectos relativos ao desempenho do setor em relação aos demais nos últimos anos, caracterizando-se seu retrocesso, o que deve ser encarado como uma tendência a ser mudada urgentemente.

2. O SETOR AGRÍCOLA E SUA EVOLUÇÃO COMPARATIVA COM OS DEMAIS SETORES DA ECONOMIA

Já há algumas décadas que vem sendo afirmada a necessidade de encarar com seriedade a solução para os problemas pertinentes à agricultura, o que, contudo, tem permanecido unicamente nas intenções, por razões difíceis de serem aqui apresentadas, mas que têm concorrido para o retrocesso em que se encontra o setor.

Foi o que ocorreu mais recentemente com os dois últimos governos da revolução, em que as apregoadas plataformas de incentivo à agropecuária não foram concretizadas, a ponto de que o atual governo reconhece a premência de concretizar recursos humanos e materiais nas atividades que dizem respeito ao setor.

Tudo leva a crer que venha a ocorrer, de fato, uma mudança na frustração observada anteriormente entre as intenções e as realizações, mais por razões da própria conjuntura nacional do que propriamente de diferenças que porventura possam existir entre o governo em exercício e os que já tiveram sua oportunidade.

Pelo menos, três fortes razões deverão concorrer para que o quadro se configure de modo diferente do que os delineados anteriormente, e que nesse contexto podem ser discriminados como:

- a) premência de combate eficaz à inflação, sobretudo no que tange aos aspectos relacionados à produção e distribuição de alimentos;
- b) reversão da tendência desfavorável relativa ao déficit da balança de pagamentos, pelo incremento das atividades do setor que geram divisas através da exportação;
- c) elevação do padrão de vida da população rural, através de medidas efetivas de reestruturação da posse da terra, coibindo a especulação, o que provocaria o aumento da demanda de produtos manufaturados, com real benefício para o setor secundário.

Tais metas a serem alcançadas pela política agrícola a ser posta em prática, e que hoje em dia são dificilmente contestadas, dependem de duas opções que não são necessariamente exclusivas, a saber: (i) expansão da fronteira agrícola, através da incorporação de áreas até então inexploradas, ao processo produtivo, via investimentos maciços na infra-estrutura; e (ii) modernização do setor, através de incentivo à utilização racional dos fatores de produção, com a conseqüente elevação da produtividade.

Como ocorre para várias dicotomias, hoje comumente realçadas - como produzir para o mercado externo ou para o doméstico; colonização versus reforma agrária; produção de bens primários de consumo direto ou de insumos para a indústria - não há qualquer indício de que a preocupação pela execução de uma das opções impeça que a outra seja também atendida. O que pode ocorrer é a maior ou menor prioridade a ser dada a cada uma delas, mas trunca que tal decisão implique na adoção de apenas uma isoladamente.

Aliás, o problema colocado deste modo revela não só sua complexidade como também a oportunidade de uma abordagem, desde o início assumida, de interação entre os módulos que compõem o quadro das atividades agropastoris.

Ainda sob essa ótica é que se deve considerar a evolução que vem sofrendo o setor nos últimos anos, e nada melhor do que o confronto com os demais setores, para se obter uma apreciação mais exata do seu desempenho.

Para tal, recorreu-se ao quadro 1, através do qual é possível obter-se uma indicação de como a agricultura vem se comportando no período 1965/77, em termos do valor da produção e do respectivo número índice. Já em 1965, o setor primário contribuía com a menor parcela entre os demais setores para o Produto Interno Líquido, isto é, 5,8 bilhões de cruzeiros, para um PIL que chegava a 36,7 bilhões. Em 1977, tal participação foi ainda menor, como atesta a evolução inferior do número índice para o setor agrícola (4.059) em relação ao manufatureiro (5.968), que foi o de melhor desempenho, e o de serviço (5.239), ambos se situando bem acima do observado para o primeiro setor.

Considerações de outra natureza permitiriam uma avaliação mais apurada do comportamento da agropecuária em relação aos demais setores, como, por exemplo, a verificação da tendência para o Produto Interno Líquido setorial por indivíduo ocupado, em razão, principalmente, ao declínio da população rural, o que poderia modificar um pouco a constatação a que se chegou acima.

Contudo, os dados demográficos censitários não são suficientes para levar a cabo tal análise, o que, no entanto, só será possível quando o censo de 1980 estiver concluído, ficando aqui apenas registrada a ressalva de que é provável que o PIL "per capita" tenha evoluído menos desfavoravelmente para o setor agrícola, face à urbanização acelerada que se vem verificando nos últimos anos.

A constatação óbvia que advém de tal elaboração é a de que cada vez mais

QUADRO 1. Evolução da produção setorial brasileira, 1965/77

Ano	Agricultura	Índice	Indústria	Índice	Serviço	Índice	Produto interno líquido	Índice
1965	5.834	100	11.932	100	18.902	100	36.667	100
1966	6.844	177	17.276	144	27.393	144	51.513	140
1967	9.030	154	22.957	192	38.681	204	70.658	192
1968	11.540	197	34.051	285	52.657	278	98.248	267
1969	14.336	245	46.185	387	68.666	363	129.188	352
1970	17.127	293	60.639	508	89.463	473	167.228	456
1971	23.973	410	81.224	680	119.226	630	224.423	612
1972	30.560	523	109.386	916	153.420	811	293.366	800
1973	44.270	758	153.265	1.284	204.908	1.084	402.444	1.097
1974	65.527	1.125	233.587	1.957	287.511	1.521	586.756	1.600
1975	87.821	1.505	328.862	2.756	417.302	2.207	833.985	2.274
1976	137.703	2.360	492.729	4.129	652.968	3.454	1.283.400	3.500
1977	236.850	4.059	712.149	5.968	990.443	5.239	1.939.442	5.289

Fonte: FGV. Centro de Contas Nacionais.

Nota: Preços Correntes Cr\$1.000.000.

restam menos braços na lavoura para alimentar maior número de bocas na cidade, fato este que contribui novamente para evidenciar a responsabilidade que recai sobre o setor e, conseqüentemente, sobre as decisões que os governantes devem tomar.

Para que o setor primário consiga atuar de modo a contrabalançar a evasão da população rural em direção à urbe, é fundamental a definição de uma política para o setor que contorne as distorções verificadas e apontadas a todo momento pela imprensa, como a baixa produtividade decorrente de exaustão e maior uso de recursos, a exemplo do solo, em que práticas predatórias, tais como queimadas e plantio morro abaixo, concorrem para depauperamento do setor.

Neste particular, assume maior relevância a discussão em torno da maneira como se opera a anexação do território da Amazônia à economia de mercado, objetivando, é claro, tornar produtivas áreas até então inexploradas, consideradas como uma reserva de importância para a preservação do equilíbrio ecológico, não só para o país, como também para o mundo, cujo "risco" maior está na possibilidade de se romper o equilíbrio em questão, quando se recorre a práticas irracionais, e não para quem se propõe a explorar seus recursos.

O caráter sistêmico permanece, portanto, em todos os níveis de decisão, e em todas as extensões regionais a que se reportar, como agora ocorreu em relação ao problema ecológico, muito discutido, mas ainda muito pouco pesquisado com objetividade.

Em seguida, são examinadas algumas das atividades que se revestem de maior relevância para o pleno desenvolvimento de setor e que não podem ser esquecidas pelos que naturalmente se deterão na formulação e execução da política agrícola no próximo sexênio.

3. ATIVIDADES DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR

A explanação dos fatores que afetam sensivelmente as atividades do setor agrícola, objeto deste segmento do trabalho, além de revelar o grau de dependência da agricultura em relação a eles, é mais uma demonstração de que os problemas rurais não podem ser analisados fora de um contexto sistemático, em que as interações entre as atividades em questão são uma constante.

Sendo assim, são aqui examinados alguns dos elementos básicos, como os de infra-estrutura econômica e social, de indiscutível relevância para a mais eficaz operação produtiva do setor, os quais constituem os sustentáculos das diferentes etapas desse processo, as quais vão desde a produção propriamente dita até a comercialização de seus produtos.

3.1. Infra-estrutura Econômica

3.1.1. Transporte

O tão questionado escoamento da produção depende, mais do que de qualquer outro fator, do eficiente funcionamento dos denominados corredores de transportes, nos quais a integração entre os diferentes modos é pressuposto básico.

Pelo fato dessa integração depender, fundamentalmente, do comportamento das atividades econômicas da área afetada pelos corredores, as soluções para os condicionantes dos serviços de transporte estão relacionadas com as particularidades por elas ditadas. É, por exemplo, a época de colheita de cada cultura que faz com que haja maior incidência da demanda pelos serviços de transporte em determinados períodos do ano, e é, ainda, o grau de perecibilidade do produto a ser transportado, altamente relevante entre outras limitações, todas elas concorrendo para que a política dos transportes, neste contexto, seja definida, levando tais ditames em consideração.

O imperativo de se alcançar a formulação de uma política de transportes, que leve em consideração o setor a ser por ele atendido, é hoje reconhecido pela grande maioria dos responsáveis por ela, e evidenciado também por aqueles que se dedicam às tarefas de produção agropecuária.

Dentro desta colocação do problema, de se considerarem os corredores num esquema articulado com a produção, as rodovias denominadas vicinais são aquelas que atualmente carecem de maior atenção por parte dos tomadores de decisão, pelo fato de constituírem um dos mais sérios entraves ao transporte dos produtos da agricultura.

A rede de rodovias vicinais conta, presentemente, com mais de um milhão e trezentos mil quilômetros de extensão, em condições bem precárias de trafegabilidade, sobretudo na época das chuvas, ocasião em que grande parte dessas vias se transforma em verdadeiros atoleiros.

A solução imediata de asfaltá-las, além de inadequada sob a ótica da análise custo-benefício, face ao reduzido volume de tráfego, esbarraria logo de início com a escassez de recursos para tal.

O que se recomenda, a essa altura, é o exame aprofundado do material adequado para tornar tais vias em condições de suportar o tráfego durante o ano inteiro, o que depende, é lógico, das características regionais quanto à ocorrência do material indicado.

Hoje, o organismo encarregado da avaliação de projetos desse tipo de rodovias é o BNDE, que, com recursos próprios e do Banco Mundial, submete a

aprovação desses projetos aos critérios definidos em seu manual, em fase de aprimoramento quanto à adequação dessas vias à função que delas se espera.

Visando a superar as deficiências provocadas por esse tipo de rodovias quanto ao deslocamento dos produtos agropastoris, o Ministério da Agricultura celebrou um convênio com o GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes), que procurou definir as medidas imediatas para que os produtores pudessem alcançar os principais centros de consumo através dessas rodovias, cujos primeiros relatórios já foram entregues ao órgão solicitante.

3.1.2. Armazenagem

Os serviços de estocagem da produção agropecuária constituem-se num dos mais relevantes dentro da infra-estrutura econômica relacionada ao setor, ante o fato de que, na comercialização de alguns de seus produtos, é inevitável recorrer-se à armazenagem dos mesmos, para que o atendimento de demanda em épocas de entressafra seja efetuado.

Como tanto a demanda como a produção variam de ano para ano em função de fatores os mais diversos possíveis, estudos direcionados para a quantificação da capacidade e das condições ideais de armazenagem são deveras recomendáveis, no intuito de se avaliarem as condições de aprimoramento da rede de armazéns e silos, tendo em vista aspectos de localização, capacidade de estocagem ideal e, ainda, práticas ideais de operação dos mesmos.

Para dar resposta a tais questões, foi criado o Programa Nacional de Armazenagem (PROMAZEM), que definiu as normas atualmente adotadas pela política dos serviços de armazenagem.

Recentemente, através da Circular n.º 365, do Banco Central, a taxa de juro incidente sobre os créditos de investimentos para a construção de armazéns e silos, a nível da fazenda, foi majorada de 8% para 10%, o que ainda não deixa de ser fortemente estimulante, se se levar em conta o índice de inflação da economia em geral.

Não resta dúvida de que os recursos financeiros colocados à disposição do setor, mesmo para a construção de armazéns e silos, têm sido fortemente subsidiados, mas é possível que esta medida unilateral não surta o desejável efeito, caso se considere a falta de orientação quanto à adoção de práticas mais eficientes.

Alguns centros de pesquisa e ensino têm se ocupado do aprimoramento dessas práticas, com desempenho satisfatório, a exemplo da Universidade Federal de Viçosa, que, em convênio com a CIBRAZEM, tem desenvolvido um programa de larga repercussão nesse particular junto aos produtores.

O fortalecimento desses programas é de fundamental relevância para a elevação do padrão dos serviços de armazenagem e silagem junto aos agricultores,

o que contribuirá, necessariamente, para o crescimento mais acelerado do setor, tendo em vista aspectos de localização, capacidade e práticas desejáveis de operação dos mesmos.

A CIBRAZEM e o GEIPOT são órgãos interessados no equacionamento deste tipo de problema.

3.1.3. Irrigação

Deixam muito a desejar as práticas de irrigação adotadas no país, ainda que nele ocorra o cultivo de diversas culturas que necessitam, de maneira crítica, de água em diferentes fases de seu ciclo. Tal, por exemplo, é o caso da cana, do arroz, do milho, do feijão, que sem o auxílio das chuvas, nesses períodos, vêm altamente comprometidas suas produções, fazendo com que os seus rendimentos caiam a níveis antieconômicos.

Um exame apurado das relações de benefícios e de custos, quanto a possíveis projetos de irrigação, seria de todo aconselhável para regiões selecionadas, em razão das possibilidades de desenvolvimento de culturas altamente carentes de água, e que, mediante tais práticas, poderiam algumas delas proporcionar mais do que uma colheita durante o ano agrícola.

Sujeita a algumas limitações difíceis de serem contornadas, a CODEVASF vem procurando seguir o itinerário acima citado, no que tange às práticas de irrigação, sendo que, em alguns casos, como recentemente para o projeto do Baixo de Irecê, as expectativas quanto aos resultados, em que pesem as limitações de ordem geológica e pedológica, são as melhores possíveis.

Tal atividade de apoio ao setor reveste-se de capital importância para o seu desenvolvimento, uma vez que uma série de práticas agrícolas dela depende, ponderação esta que não pode ser esquecida, se se tem em mira a modernização do setor.

3.1.4. Eletrificação Rural

A utilização de energia elétrica não se restringe ao campo produtivo da empresa agropecuária, sendo relacionada com a melhoria das condições de conforto que a propriedade pode proporcionar, não somente para o empresário, mas também para os trabalhadores de um modo geral, meeiros, arrendatários, assalariados etc.

Há fortes indícios de que tal atividade não esteja sendo suprida a contento no país, razão pela qual se torna oportuna a preocupação do governo com vistas ao aprimoramento desse fator.

A utilização de cooperativas para a distribuição de energia elétrica é de todo recomendável, sendo oportuna a sua criação, sugerindo-se, para tal, a consulta aos Programas de ELETROCAMPO, que visam a proporcionar eletrificação rural a cerca de 100.000 proprietários do Estado de São Paulo, ao Programa Nacional de

Eletrificação Rural (Decreto n.º 79.898, de 30-6-77) e, por último, observar o que dispõe o Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas do Brasil.

3.1.5. Infra-estrutura Social

As técnicas agrícolas, para serem difundidas na área, necessitam de aprimoramento educacional do produtor, o que pode ser alcançado através da educação formal, evitando-se a evasão escolar dos agricultores, em virtude da demanda sazonal pelos seus serviços, bem como da informal por meio da extensão rural, que faculta aos produtores ensinamentos dos métodos agropecuários que possibilitarão a elevação da produtividade do setor e, conseqüentemente, da renda dos que dele dependem.

3.1.6. Extensão Rural

Tal serviço é facultado aos produtores do setor através de Escritórios de Extensão Rural dispersos por todo o país e subordinados à EMATER, hoje vinculada ao Ministério da Agricultura. Somente no Estado de São Paulo é que o serviço em questão é oferecido pelas Casas da Agricultura, subordinadas à Secretaria da Agricultura do Estado.

3.1.7. Educação Rural

As recomendações pertinentes à educação formal são objeto de preocupação do setor em questão, razão pela qual se limitará, aqui, apenas a acrescentar que as pessoas vinculadas à agropecuária se ressentem de escolas de nível equivalente ao primeiro grau, para a elevação do padrão educacional e, conseqüentemente, da modernização das atividades agropastoris.

3.1.8. Fertilizantes/Corretivos

Apesar da elevação dos preços dos fertilizantes em geral, notadamente dos nitrogenados, no mercado internacional, os solos do país carecem em geral do uso de adubos que adicionem os nutrientes às práticas agrícolas quando os solos são carentes, acarretando rendimentos econômicos baixos, bem como daqueles que reponham os elementos retirados do solo pelas culturas existentes durante seu ciclo normal.

No primeiro caso, exames de solo mais rigorosos devem ser efetuados no sentido de se apurar o grau de deficiência dos nutrientes fundamentais para cada cultura em particular, o que exigirá uma parcela considerável de recursos.

No segundo, o conhecimento das exigências de cada cultura em relação aos nutrientes já conhecidos, no plano científico, deve ser estendido aos produtores, para que possam compensar, através da adubação, os elementos exauridos do solo pelas mesmas.

Nesse particular, os Escritórios de Extensão podem e devem desempenhar papel estratégico, porquanto o extensionista tem condições de indicar qual a fórmula ideal de adubação a ser adotada pelos produtores, pelo fato de estarem em contato com os centros de pesquisa.

3.1.9. Maquinaria Agrícola

O emprego de maquinaria e de implementos agrícolas deve ser objeto de atenção por parte dos técnicos responsáveis pela política agrícola do país, uma vez que certas atividades do setor dependem sensivelmente desses insumos.

Estudos, como o do tipo ideal de trator a ser utilizado pelo agricultor ou pecuarista, devem ser fomentados no sentido de permitir o uso mais racional dos mesmos, proporcionando assim uma maior economicidade para o setor.

O sistema de crédito para a aquisição desses tratores é outro elemento de importância pertinente à aquisição dos mesmos, devendo, desse modo, merecer atenção da parte dos tomadores de decisão quanto a tal política.

É apresentada no quadro 2 a evolução da produção industrial de tratores, a qual evidenciou um incremento até 1976, a partir do qual passou a declinar, o mesmo ocorrendo para o total de tratores e cultivadores motorizados.

3.1.10. Defensivos em Geral

As práticas de utilização dos defensivos, no combate às pragas e doenças das lavouras e da pecuária, devem também ser objeto de interesse dos extensionistas que procuram elevar a produtividade dessas atividades no país.

O acompanhamento do uso desses defensivos (herbicidas, fungicidas, inseticidas etc.) pelos extensionistas é de importância não só pelo emprego da dosagem correta para o eficaz controle ou combate ao inimigo da cultura, como também pelo fato de que se deve evitar que esse emprego seja excessivo, o que poderá provocar repercussões negativas, sob o aspecto sanitário, para a população que irá consumir tal produto.

O quadro 3 ilustra a evolução das relações entre os nutrientes básicos (N,P,K) na formação do consumo brasileiro de fertilizantes, demonstrando o maior consumo de P_2O_5 em relação a K_2O e destes em relação a nitrogênio, com uma única exceção para K_2O no ano de 1972.

A política de crédito agrícola, de máxima importância para o desenvolvimento do setor, é hoje dependente, principalmente, da esfera federal, podendo, no entanto, a estadual também afetar as decisões relativas a esta atividade, sendo possível, portanto, atuar nos dois níveis da administração pública para torná-lo mais eficaz.

QUADRO 2. Produção da indústria brasileira de tratores, 1967/78

Ano	Cultivador motorizado (1)		Trator de esteira		Trator de 4 rodas		Total	Índice (2)
	Produção	Índice (2)	Produção	Índice (2)	Produção	Índice (2)		
1967	2.231	100	73	100	6.223	100	8.527	100
1968	2.613	117	106	145	9.818	158	12.537	147
1969	2.281	102	91	125	9.548	153	11.920	140
1970	2.474	111	185	253	14.048	226	16.707	196
1971	2.556	114	770	1.055	22.122	355	25.448	293
1972	3.773	169	1.282	1.756	29.142	468	34.197	401
1973	5.080	228	1.961	2.686	37.170	597	44.211	518
1974	5.659	254	2.415	2.308	43.810	704	51.884	608
1975	2.330	239	3.925	5.376	57.041	917	66.296	777
1976	4.684	210	3.850	5.274	63.161	1.015	71.695	841
1977	5.380	241	2.867	3.927	50.390	810	58.637	688
1978 (3)	2.202	...	1.242	...	19.690	...	23.134	...

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), em Prognóstico 1978/79, IEA, Secretaria da Agricultura de São Paulo, p. 53.

(1) Inclusive microtrator de 4 rodas. (2) Índice simples 1967 = 100. (3) Acumulado até maio de 1978.

A análise econômica do setor pode também constituir-se numa das fontes de informações fundamentais para as instituições citadas, sobretudo quando se deseja definir uma política de crédito agrícola condizente com as reais necessidades do setor.

QUADRO 3. Evolução das relações entre os nutrientes básicos (N, P₂O₅, K₂O) na formação do consumo brasileiro de fertilizantes

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O
1969	1,00	1,61	1,18
1970	1,00	1,43	1,11
1971	1,00	1,66	1,19
1972	1,00	1,99	0,99
1973	1,00	2,32	1,53
1974	1,00	2,69	1,60
1975	1,00	2,61	1,34
1976	1,00	2,66	1,54
1977	1,00	2,23	1,35
1978 (1)	1,00	2,22	1,35

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(1) Previsão.

3.1.11. Outras Atividades

Além das atividades de apoio acima apresentadas, existem ainda outras que merecem a consideração da parte dos responsáveis pela política agropecuária para o país, objetivando não só a orientação dos produtores rurais, como também o desenvolvimento da agropecuária.

Outrossim, é conveniente esclarecer que existem possibilidades de prestação de serviços aos órgãos responsáveis pela política educacional nesse campo de atuação, o que ficou evidenciado através de entrevistas com aqueles envolvidos com o problema em questão.

3.1.12. Saúde no Meio Rural

Outro problema de fundamental relevância para o país, sobretudo no meio rural, é a falta de assistência médico-hospitalar ao homem do campo, que em razão disto se vê na contingência de migrar para áreas urbanas onde tais serviços são supridos em melhores condições.

Além da fixação do trabalhador rural, objeto de interesse da política agrícola, a elevação de sua eficiência produtiva depende, por razões óbvias, dessa assistência.

Ao setor de saúde cabe, ainda, estabelecer algumas diretrizes que contornem ou pelo menos minimizem os efeitos negativos provenientes da ausência desse tipo de assistência no país, o que pode ser realizado através de estudos elaborados por diversos órgãos, como o Ministério da Saúde, o INAMPS, o FUNRURAL etc.

3.1.13. Insumos Modernos

É fora de dúvida o elevado grau de complexidade com que se defronta hoje o produtor do setor primário quando deseja adotar as práticas recomendáveis para a manutenção das condições ideais de produção, de modo que os fatores respondam da maneira mais adequada possível.

Tais práticas vão desde a conservação ou mesmo melhoria das condições de fertilidade do solo, mediante o uso de adubos e/ ou corretivos, até as do uso de defensivos que permitam o combate às pragas e doenças provocadas por inimigos naturais das culturas adotadas pelos produtores, passando também pelo uso de sementes selecionadas e o emprego de maquinaria agrícola, quando as condições de relevo facilitarem tal adoção.

Em seguida, são efetuados alguns comentários sobre o estágio em que se encontra cada um deles.

Dentre tais atividades, situam-se a política de preços mínimos, a estrutura fundiária, questões relativas ao emprego no setor, colonização, combate à erosão, e da agroindústria.

O sistema de informações relativo à fixação dos preços mínimos na agricultura é fundamental para que o produtor não corra isoladamente o risco decorrente do excesso de produção por ocasião da safra, o que traria sensíveis prejuízos aos produtores.

Apesar da política de preços mínimos ser definida a nível federal, fato este que deixa à margem qualquer possibilidade de interferência direta dos órgãos regionais ou fiscais, um esforço na linha de propiciar informações à Comissão de Financiamento da produção (CFP) do MA e à Comissão Interministerial de preços (CIP) do MF, principais responsáveis pela política em questão, é de todo recomendável.

Ainda nesta perspectiva de aperfeiçoar os meios de informação, uma preocupação, no sentido de colocar os produtores a par desses preços mínimos, é oportuna.

A estrutura fundiária nacional, outro fator limitante para o desenvolvimento do setor, como já foi salientado anteriormente, é das mais ineficientes, pelo fato de predominar o latifúndio na maior parte da área ocupada com os estabelecimentos agrícolas.

Normas que permitam uma reestruturação das condições de posse da terra devem ser estudadas, visando a torná-la mais condizente com o uso mais eficiente do solo rural.

A especulação da terra, outro elemento que acompanha uma estrutura fundiária inadequada, deve ser evitada a todo custo, sendo para tal necessário acionar dispositivos legais que se situam na esfera federal

O combate à erosão pode ser considerado como um dos problemas mais importantes para o setor, sendo que já existe, da parte de alguns órgãos, preocupação nesse sentido.

Em termos de colonização, o interesse maior tem surgido da Associação de Empresários da Amazônia, mediante solicitação de seu presidente, que não tem medido esforços para a elaboração de programa nesse sentido. É possível uma atuação conjunta nessa direção, para que os Órgãos da administração federal, ou mesmo estadual, venham de encontro às reais necessidades desse processo.

Por último, o setor de agroindústria, cuja ligação com a agropecuária é fundamental, tem revelado nos últimos meses certo potencial de serviços, sendo também aconselhável uma formulação de política dentro desse enfoque.

Todos os elementos mencionados até aqui, de indiscutível relevância para o setor primário, constituem, além do mais, subsídios valiosos para o aprimoramento de uma política de planejamento regional e, na medida em que forem sendo examinados e aprofundados pelos Órgãos competentes, propiciam condições mais favoráveis para o soerguimento do setor.

4. UMA ESTRATÉGIA PARA MUDANÇA DA TENDÊNCIA OBSERVADA – ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES

Além dos condicionantes extra-setor já apontados anteriormente e que dificultam qualquer sucesso das tentativas que possam ser feitas no sentido do desenvolvimento agropecuário brasileiro, há ainda a diversidade de níveis que podem interferir na execução de qualquer programa orientado para a consecução do objetivo perseguido, a saber, o da empresa, o das atividades e o do agregado regional.

Observa-se, assim, que a conduta a ser seguida de considerar o setor dentro de uma abordagem iterativa, em que fatores externos que o afetam longe estão de ser estanques, além de se afetarem mutuamente entre si, e em seu conjunto a agricultura, dependendo da eficiência com que venham a operar, também trarão implicações significativas para que a mesma possa deslanchar no mais curto espaço de tempo possível.

Pode-se iniciar a formulação da estratégia indicada, pelo exame dos fatores que afetam o setor primário e que, geralmente, estão situados fora dele, ou de sua interferência direta.

Uma preocupação de integração dos mesmos e de ajustamento, quanto às solicitações que porventura venham a partir da agropecuária, é o requisito básico para a definição da tática que se deseja recomendar.

Tais fatores, ou mesmo atividades, já foram definidos acima, tratando-se agora de observá-los segundo uma ótica de inter-relação com as atividades inerentes ao setor primário. Pode-se admitir, de início, uma estratificação das mesmas em atividades voltadas para os problemas físicos, econômicos e sociais.

No primeiro caso, o conhecimento da realidade, em termos de seus aspectos de solo, clima, relevo, é fundamental e nesse particular há que se recorrer a instituições especializadas em tais serviços, não sendo possível que o empresário agrícola, por si só, consiga realizar tais tarefas, que mesmo assim não deixam de ter importância vital para a produção.

Cabe aqui lembrar que, além dos institutos agropecuários hoje subordinados a um controle único, a EMBRAPA, e que vêm prestando colaboração nesse particular, o INPE (instituto de Pesquisas Espaciais) vem também se detendo no estudo desses aspectos, recorrendo para tal à técnica do sensoriamento remoto, com o auxílio das imagens de satélite (ERTS, por exemplo), cuja interpretação permite auxiliar de diferentes modos a agropecuária. Uma divulgação maior desses recursos é de todo recomendável, muito embora sua utilização ainda não seja viável pelo agricultor isoladamente, mas que já está passando a ser pelas cooperativas de maior expressão, como aquelas voltadas para a cultura do açúcar.

Os fatores nitidamente econômicos têm sua importância aceita sem qualquer discussão, uma vez que o sucesso da atividade do setor depende de um conhecimento prévio das condições de mercado em que o produtor deverá operar, tanto nas situações voltadas para os insumos básicos, como nas orientadas para o seu produto.

5. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÕES

Há uma série de razões que conduzem à suspeição de que dificilmente o atual governo poderá deixar de lado o compromisso assumido com o desenvolvimento da agricultura. Para concluir, citam-se, em seguida, aquelas que se relacionam com o mercado externo.

É indiscutível que com o passar dos anos cada vez se torna mais difícil exportar produtos manufaturados, face, sobretudo, à competição oferecida pelos países desenvolvidos que detêm a maior parcela desse mercado. Os entraves à exportação de calçados brasileiros para os EUA é uma ilustração bastante conhecida e que os produtores na América do Norte fazem questão de manter de qualquer forma.

A principal causa desse dilema está no fato de que os industriais do norte admitem que o calçado brasileiro é altamente subsidiado, tese esta compartilhada por alguns dos analistas econômicos brasileiros, que vêem nessa situação fonte de ineficiência para com a alocação de recursos.

Em seguida, são apresentados alguns dados de importação e exportação por setor, para os períodos 1975/77 e 1973/77, os quais evidenciam mais ainda a necessidade de se rever o processo de comércio exterior que vem sendo adotado no país, notadamente no primeiro caso.

O quadro 4 deixa claro que o Brasil vem aumentando gradativamente o valor das importações de produtos oriundos do setor primário, enquanto que o do secundário vem declinando. Apesar de ser desejável o que vem ocorrendo com os manufaturados, o que sucede com os produtos primários é altamente prejudicial, se se levar em conta que o país é ainda predominantemente agrícola e com elevado potencial de utilização dos recursos nesse setor. Portanto, a mudança dessa tendência é de ser perseguida nos próximos anos. O que provoca maior preocupação é saber que entre os produtos importados se situam o arroz, o feijão, a cebola, entre outros que, na verdade, possuímos condições de exportar, desde que racionalmente cultivados.

Outro aspecto importante do problema do desenvolvimento do setor agrícola, e que é em seguida considerado como conclusão, reside na relação entre os preços pagos pelos produtos agrícolas aos produtores e os que estes pagam aos insumos utilizados na produção, como os fertilizantes e os tratores.

No primeiro caso, ficou evidenciado (quadro 5) que, no período 1967/77, quanto aos produtos arroz em casca e milho, para se obterem 10 toneladas de fertilizantes foi necessário maior número de sacos desses produtos em 1977 do que em 1967, o que leva a crer que tais produtos tiveram seus preços crescendo em menor proporção do que os do fertilizante. Já para o café, a soja, o algodão e a cana-de-açúcar é o contrário que sucede, demonstrando que os preços desses produtos evoluíram mais rapidamente do que os do fertilizante, sendo que, dentre eles, o café foi o que apresentou maior crescimento relativo dos preços, pelo fato de se observar que seu índice foi o menor dentre todos eles em 1977 (23).

Com o trator ocorre o mesmo fenômeno de maneira mais acentuada ainda, pelo fato de todos os produtos agrícolas terem revelado índices inferiores a 100 (quadro 6), o que significa que os preços relativos desses produtos cresceram mais rapidamente do que os do trator leve (44 HP), sendo que o que teve menor incremento nos preços relativos foi o arroz em casca (82).

Com essa breve análise pode-se constatar que os preços dos produtos agrícolas estão crescendo mais aceleradamente nesses últimos dez anos do que os preços dos fatores de produção, tomando-se como referência os fertilizantes e os tratores, o que não deixa de revelar uma certa perplexidade, pelo fato dos produtores agrícolas terem sempre propalado o declínio relativo dos preços dos produtos agrícolas em relação aos fatores provenientes da indústria.

QUADRO 4. Evolução da importação brasileira dos principais produtos, 1975/77

Ano	Setor secundário	Índice	Setor secundário			
			Manufaturados	Índice	Semifaturados	Índice
1975	3.775.429	100	7.749.723	100	685.188	100
1976	4.627.986	122	7.178.405	-92	576.591	-84
1977	4.804.476	127	6.594.096	-85	624.840	-91

Fonte: CACEX.

QUADRO 5. Unidades de produto agrícola necessárias para adquirir dez toneladas de fertilizantes (*) no Estado de São Paulo, 1967/78

Ano	Arroz em casca		Milho		Café beneficiado		Soja		Algodão em caroço		Cana-de-açúcar	
	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)
1967	100	100	290	100	40	100	150	100	350	100	143	100
1968	100	100	360	124	40	100	130	87	320	91	146	102
1969	110	110	240	83	20	50	130	87	320	91	145	101
1970	130	130	250	86	20	50	110	73	300	86	142	99
1971	80	80	250	86	30	75	110	73	250	71	145	101
1972	90	90	260	90	20	50	120	80	260	74	151	106
1973	100	100	200	69	20	50	90	60	230	66	156	109
1974 (2)	170	170	450	155	40	100	210	140	410	117	248	173
1975 (2)	76	76	207	71	17	43	120	80	276	79	124	87
1976	106	106	183	63	5	12	96	64	133	38	92	64
1977	148	148	337	116	9	23	135	90	260	74	136	95
1978 (3)	92	92	228	79	15	38	162	108	230	66	133	93

Fonte: Prognóstico 78/79, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura de São Paulo.

(*) Preço médio ponderado

(1) Índice simples 1967 = 100. (2) Considerando um subsídio 40% nos preços médios de fertilizantes. (3) Média de preços de fertilizantes dos cinco primeiros meses.

QUADRO 6. Unidades de produto agrícola necessárias para adquirir um trator leve (44 HP) no Estado de São Paulo, 1967/78

Ano	Arroz em casca		Milho		Café beneficiado		Soja		Algodão em caroço		Cana-de-açúcar	
	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)	Unidade (sc. 60Kg)	Índice (1)
1967	727	100	2.147	100	334	100	1.105	100	2.608	100	1.059	100
1968	729	100	2.595	121	270	81	973	88	2.330	89	1.068	101
1969	834	115	1.717	80	187	56	928	84	2.337	90	1.061	100
1970	881	121	1.698	79	131	39	754	68	2.021	77	955	90
1971	524	72	1.531	71	162	48	684	62	1.537	59	894	84
1972	518	71	1.475	69	116	35	681	62	1.449	56	850	80
1973	499	69	979	45	91	27	456	41	1.125	43	750	71
1974	362	50	927	43	89	27	443	40	847	32	514	49
1975	302	41	818	38	67	20	473	43	1.091	42	488	46
1976	617	85	1.064	50	41	12	561	51	771	30	536	51
1977	598	82	1.363	63	37	11	545	49	1.053	40	552	52
1978 (2)	422	58	1.046	48	67	20	603	54	1.055	40	609	57

Fonte: Prognóstico 78/79, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura de São Paulo.

(1) Índice simples 1967 = 100. (2) Média dos preços de produtos agrícolas, janeiro a maio.

Quanto à evolução das exportações por setor, o que pode ser observado através do quadro 7, verifica-se que, em termos absolutos, o valor da exportação de produtos agrícolas é superior ao da exportação dos industrializados, mas a tendência pela variação do número índice demonstra que os últimos vêm crescendo mais rapidamente nos derradeiros cinco anos.

Novamente, a constatação de que as taxas de crescimento dos preços dos produtos agrícolas considerados têm sido superiores às dos principais fatores utilizados pelos produtores faz crer que algo precisa ser realizado urgentemente, para que tal tendência sofra uma mudança radical, sobretudo pelo incremento da produção, segundo uma visão sistêmica do setor.

Claro está que tal planejamento se reveste da maior complexidade e que a sua execução deve levar em consideração a multiplicidade de aspectos, conforme se tentou indicar neste texto, para que o fenômeno de superprodução, que transcende ao poder de decisão do produtor, não venha a criar maiores obstáculos ao desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Ao que tudo indica, esta é uma das principais tarefas que o atual governo tem pela frente, e que, por questões já apontadas anteriormente, como o combate à inflação e o problema do déficit do balanço de pagamentos, dificilmente poderá ser adiada ou reduzida a iniciativas isoladas, que comprometem ainda mais os responsáveis pelo Planejamento da agricultura.

QUADRO 7. Evolução da importação brasileira dos principais produtos, 1975/77

Ano	Setor primário (US\$ 1.000 FOB)	Índice	Setor secundário			
			Manufaturados (US\$ 1.000 FOB)	Índice	Semimanufaturados (US\$ 1.000 FOB)	Índice
1973	4.029.700	100	1.434.270	100	574.049	100
1974	4.576.699	113	2.262.732	157	916.960	159
1975	5.027.372	124	2.584.524	180	849.455	147
1976	6.129.205	152	2.776.116	193	841.941	146
1977	6.958.608	172	3.839.569	267	1.044.077	181

Fonte: CACEX.

6. LITERATURA CITADA

1. BNDE. Planejamento integrado para agricultura. Rio de Janeiro, 1979.
2. CLINE, W. R. Análise de custo-benefício de projetos e irrigação no Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 2, n. 2, dez. 1972.
3. CIBRAZEM. Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB). Cadastro nacional de unidades armazenadoras. Brasília, Ministério da Agricultura, 1978.
4. INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). Informações econômicas. São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1978.
5. _____. Prognóstico 78/79. São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1979.
6. RESENDE, Eliseu. Transporte e produção. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), 1977.
7. SAMPAIO, Yony et alii. Política agrícola no Nordeste; intenções e resultados. SUPLAN - MA/PIMES - UFPe, Recife, 1978. (Série Estudos Sobre o Desenvolvimento Agrícola, 11).